

Governo quer “spreads” menores

Brasília — O Governo vai tentar negociar com os bancos internacionais maiores prazos e redução dos **spreads** para os seus próximos financiamentos, informou ontem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, ao admitir que o Brasil poderá obter melhores condições do que as que o México conseguiu. O Ministro informou que os bancos estão se preparando para utilizar a Libor (taxa preferencial do mercado de Londres) como taxa básica para os refinanciamentos.

— Nós vamos negociar da melhor maneira possível, porque a cada negociação que se realiza melhoram as condições — disse o Ministro. Observou, porém, que as negociações brasileiras são diferentes das negociações mexicanas. “Em princípio, o alargamento dos prazos e a redução dos **spreads** é importante. Estamos trabalhando nessa direção e há uma atmosfera favorável na comunidade bancária internacional, para ir oferecendo essas condições a outros países”, disse o Ministro.

Novo jumbo

O Ministro não quis informar sobre as negociações para a obtenção do novo empréstimo jumbo de 3 bilhões de dólares, porque ainda

não sabe os resultados do país no final do ano, como balanço de pagamentos e balança comercial.

Acrescentou, no entanto, que esses resultados serão bem melhores do que os que haviam sido projetados. “Estamos em uma situação muito boa na estrutura da balança de pagamentos, principalmente com a perspectiva de continuidade do saldo comercial e com reservas bastante confortáveis. Assim, se repetíssemos essa mesma operação em 1985, a situação mudaria inteiramente”, afirmou o Ministro.

Determinar um comportamento uniforme dos 11 países-membros nos próximos foros internacionais — como a reunião do FMI e a do Banco Mundial (de 21 a 27 próximos) ou ainda a assembléia-geral da ONU — é um dos objetivos principais da próxima reunião do Grupo de Cartagena (países devedores latino-americanos), que se instala em Mar del Plata, no dia 12. A informação é de um dos principais integrantes da assessoria econômica do Chanceler Saraiva Guerreiro.

O segundo objetivo mais importante — esclarece ainda essa alta fonte do Itamarati — é definir como e quando poderá ser implementado o item 23 da Declaração de Cartagena